



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0318.190-0**

**COMARCA** : Moreno – Vara Criminal  
**EMBARGANTE** : Irájá Alexandre da Silva Filho  
**EMBARGADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADORA** : Dra. Eleonora de Souza Luna  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**EMENTA:**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL.**  
**ALEGAÇÃO DE OMISSÃO INOCORRÊNCIA.**  
**DESACOLHIMENTO.**

I - Argumento de omissão no julgado pelo não afastamento da indenização civil fixada nos termos do artigo 387 , inciso IV, do Código de Processo Penal. Questão que não foi apresentada nas razões recursais. Impossibilidade. Os embargos de declaração não servem para suscitar questão nova, ou seja, para levantar argumentação que não constava das razões recursais anteriormente endereçadas ao Tribunal. Precedentes do STJ e do TJPE.

II - Embargos de declaração rejeitados.

IV – Decisão unânime.

**ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Criminal nº 0318.190-0, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos declaratórios interpostos, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28 de maio de 2014.

  
**Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0318.190-0**

COMARCA : Moreno – Vara Criminal  
EMBARGANTE : Irajá Alexandre da Silva Filho  
EMBARGADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna  
RELATORA : Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**RELATÓRIO**

**Irajá Alexandre da Silva Filho**, por intermédio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, opôs, no prazo legal, os presentes embargos declaratórios com efeitos modificativos, em face do acórdão prolatado, à unanimidade de votos, por esta Terceira Câmara Criminal, nos autos da **Apeleção Criminal nº 0318.190-0**.

Em o seu breve arrazoado, o Embargante afirma que houve omissão no aresto embargado, em razão de ter sido mantida na sentença recorrida a indenização civil prevista no artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal<sup>1</sup> (172/175).

Registrados, autuados e distribuídos, foram conclusos os autos ao Des. Alexandre Guedes Alcoforado, oportunidade em que, verificando a presença de pleito no sentido de serem emprestados efeitos infringentes ao mencionado recurso, determinou a abertura de vista à Procuradoria de Justiça, para emissão de pronunciamento (fls. 178).

Ao se posicionar, o Ministério Público de 2º Grau, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, manifestou-se pela rejeição dos aclaratórios (fls. 182/188).

É o que me cabia relatar  
Recife, 28 de maio de 2014.

**Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Relatora**

<sup>1</sup> Art. 387. O juiz, ao proferir sentença condenatória: (Vide Lei nº 11.719, de 2008)

(...)

IV - fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido; (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0318.190-0**

**COMARCA** : Moreno – Vara Criminal  
**EMBARGANTE** : Irajá Alexandre da Silva Filho  
**EMBARGADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADORA** : Dra. Eleonora de Souza Luna  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**VOTO**

---

Por intermédio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, **Irajá Alexandre da Silva Filho**, opôs Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, com fulcro nos artigos 619 do Código de Processo Penal, contra acórdão proferido, à unanimidade de votos, nesta Terceira Câmara Criminal, nos autos da Apelação Criminal nº **0318.190-0**.

O acórdão embargado encontra-se assim lavrado:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. PRISAO EM FLAGRANTE DELITO CONVERTIDA EM PREVENTIVA. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO. PERICULOSIDADE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. RÉU PRESO DURANTE TODA INSTRUÇÃO. CONDENAÇÃO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. CONSEQUÊNCIA LÓGICA. . DECISÃO UNÂNIME. I - Tendo o réu permanecido preso preventivamente durante toda a instrução criminal, mostra-se descabido que o acusado aguarde em liberdade o trânsito em julgado da sentença condenatória, mormente se persistem os motivos que justificaram a decretação de sua custódia cautelar, sendo a manutenção do apenado na prisão consequência lógica da própria condenação. Precedente do STJ. II - "(...) O Superior Tribunal de Justiça adotou à teoria da amotio, considerando como consumado o delito de roubo no momento em que o agente se torna possuidor da res, ainda que não tenha tido posse tranquila, sendo desnecessário que o bem saia da esfera da vigilância da vítima, ou mesmo que o bem seja posteriormente recuperado. Depreende-se do acórdão guerreado que os objetos roubados saíram da esfera de vigilância das vítimas, ainda que brevemente, pois o paciente somente foi preso pela polícia*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*após a cessação da grave ameaça e já na posse pacífica dos bens subtraídos, saindo do prédio com a res furtiva. Havendo a inversão da posse dos objetos roubados, não há falar em constrangimento ilegal a ser sanado, sendo certo que a desconstituição do que ficou estabelecido no acórdão atacado implicaria no reexame aprofundado dos fatos e provas juntados aos autos da ação penal, providência incompatível com os estreitos limites da via eleita, que não admite dilação probatória. Habeas Corpus não conhecido." (HC 247.007/SP, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 14/06/2013) III - "(...) Não se aplica a atenuante relativa à confissão no inquérito policial, posteriormente retratada em juízo, se esta não serviu, efetivamente, para consolidar a sentença condenatória, uma vez que outros elementos e circunstâncias do feito foram considerados para formar a convicção do Julgador a respeito da autoria e materialidade do crime praticado. Precedente do STJ. Ordem denegada, em conformidade com o parecer ministerial." (HC 84.851/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2008, DJe 12/05/2008) IV - Apelo improvido, unanimemente" (fls. 146/147 dos autos).*

Conforme relatado, aponta o recorrente a existência de omissão no julgado pelo não afastamento da indenização civil fixada nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal.

Quanto a esse aspecto, o que se verifica, na prática, é que o Embargante apresentou, em sede de Embargos de Declaração, matéria nova que sequer foi discutida nas razões recursais do Apelo embargado (fls. 11/117), e nem mesmo em qualquer outra oportunidade.

Nesse cenário, a omissão alegada não restou aventada, implícita ou explicitamente, no apelo interposto, constituindo, assim, inovação recursal o que, conforme orientação jurisprudencial pacificada, não é admitido em sede de Embargos Declaratórios.

Sobre o assunto trago à colação os seguintes julgados:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**"PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. DECADÊNCIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE.**

**1. A autarquia previdenciária apenas repisa os argumentos Utilizados em seu agravo regimental, o quais foram devidamente examinados pelo acórdão embargado, não havendo, pois, omissão a ser sanada.**

**2. A alegação de omissão quanto à prescrição de parcelas constitui inovação recursal, inviável em sede de embargos de declaração.**

**3. Embargos de declaração rejeitados." - EDcl no AgRg no REsp 1308016 / PREMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2012/0021433-3, Relator Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA do STJ, julgamento 18/03/2014) Grifo acrescido.**

**"I. É cabível a oposição de Embargos de Declaração quando houver, nasentença ou no acórdão, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, de acordo com o art. 619 do Código de Processo Penal. Na hipótese, as questões, deduzidas nos aclaratórios, não foram sequer objeto do recurso de Apelação, representando, portanto, inovação detese recursal, o que não se admite, na espécie.." AgRg no REsp 1201449 / SP 2012/0021433-3, Relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, T6 - SEXTA TURMA, julgamento em 17/10/2013).**

**"EMENTA: Penal e Processo Penal. Embargos de Declaração em Apelação Criminal. Alegação de contradições no acórdão impugnado, face à ausência de prova capaz de fundamentar o decreto condenatório. Improcedência. Os julgadores formaram seu convencimento com base na prova acostada aos autos e no princípio do livre convencimento. Impossibilidade de o embargante questionar a valoração da prova dos autos (limites do art. 620, CPP). Argumento de omissão a respeito da necessidade de realização de audiência preliminar do artigo 16 da Lei nº 11.340/2006(retratação).. Questão que não foi apresentada nas razões recursais. Impossibilidade. Os embargos de declaração não servem para suscitar questão nova, ou seja, para levantar argumentação que não constava das razões recursais anteriormente endereçadas**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*ao Tribunal. Precedentes do STJ e do TJPE. Embargos rejeitados. Decisão unânime. (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 179196-0/01, j. 31/03/2010, Rel. Des. Helena Caúla Reis)". Grifo acrescido.*

Assim, cuido não assistir razão ao ora Embargante, como bem demonstrou, com muita propriedade, a douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna, em seu judicioso parecer de **fls. 182/188**, devendo os presentes embargos serem rejeitados.

Assim, em não havendo obscuridades, contradições e omissões no julgado, os embargos de declaração devem rejeitados, mantendo-se hígida a decisão combatida.

É como voto.

Recife, <sup>28</sup> de maio de 2014.

  
**Des<sup>a</sup>. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Relatora**